

## À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CREF22/ES

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90017/2025 – Processo Administrativo 2025/000037

**OT3N BRASIL – OTEN SOLUÇÕES PARA NEGÓCIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 50.899.203/0001-30, com sede na Av. Castanheiras, Rua 30 Norte, Lote 4, Bloco A, Piso 3, Edifício Cosmopolitan – Águas Claras – Brasília/DF, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, na **Constituição Federal** e na jurisprudência consolidada do **Tribunal de Contas da União**, apresentar o presente:

## **Recurso Administrativo referente ao Processo Administrativo nº 2025/000037 – Pregão Eletrônico nº 90017/2025**

### **1. DOS FATOS GRAVES QUE MACULAM A LISURA DO CERTAME**

1.1. A OT3N participou regularmente do certame, apresentando proposta no valor de R\$ 87.000,00, instruída com atestados técnicos idôneos e profissional de Educação Física registrado no CREF.

1.2. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro interveio indevidamente, excluindo lance de concorrente**, alterando o equilíbrio da disputa. Essa conduta viola a **impressoalidade e a isonomia**, princípios constitucionais basilares (art. 37, caput, CF/88).

1.3. Em sequência, a OT3N foi **sumariamente desclassificada por inexecuibilidade**, sem qualquer análise objetiva de viabilidade, sem diligência, sem oportunidade de apresentar planilha de custos e sem contraditório.

1.4. Ademais, foi alegada **falta de comprovação documental** do profissional de Educação Física. Contudo, foi apresentada **cédula profissional CONFEF válida até 2027**, documento que só é emitido mediante comprovação dos diplomas exigidos, fato desconsiderado pela comissão.

1.5. Por fim, a análise técnica rejeitou os **atestados de capacidade técnica** da OT3N, mesmo contendo comprovação de atuação em tecnologias, bases de dados e metodologias equivalentes às previstas no TR (MySQL, SQL, BI, nuvem, desenvolvimento web/mobile), configurando **restrição indevida à competitividade**.

1.6. Coincidentemente, após sucessivas desclassificações, a empresa **SPORTI – TECNOLOGIA E GESTÃO NO ESPORTE LTDA**, que já possui contrato em vigor com o CREF22 (Processo Administrativo nº 2025/0000001), foi declarada vencedora, o que levanta **fundada suspeita de direcionamento** e afronta aos princípios da moralidade e da competitividade.

## 2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

### 2.1. Da intervenção indevida do Pregoeiro na fase de lances

- A exclusão de lance de concorrente, sem justificativa plausível e sem previsão editalícia, constitui **ato ilegal e eivado de nulidade absoluta**.
- **Caberia exclusivamente ao concorrente revisar e reajustar o seu lance dentro do tempo regulamentar e mediante os alertas do próprio sistema eletrônico, e não ao Pregoeiro intervir de forma subjetiva, excluindo o lance como uma suposta ‘ajuda’.** O erro cometido pelo concorrente deveria tê-lo desclassificado pelo valor ofertado, sendo esse o efeito natural do certame. Os artefatos comprobatórios extraídos do sistema demonstram que o lance permaneceu registrado e válido até ser indevidamente excluído pelo Pregoeiro, contaminando a regularidade da disputa e **ferindo frontalmente os princípios da isonomia**, da legalidade e do julgamento objetivo previstos na Lei nº 14.133/2021.
- O art. 5º, I, da Lei nº 14.133/21, assegura a isonomia e o julgamento objetivo.
- O art. 18, II, da mesma lei veda condutas que rompam a vinculação ao edital.
- O TCU já decidiu que **“a manipulação ou exclusão arbitrária de lances caracteriza vício insanável e conduz à nulidade do certame”** (Acórdão nº 2.275/2015-Plenário).
- Por fim, a simples intervenção do Pregoeiro na fase de lances, ao excluir manualmente uma oferta de concorrente, ainda que sob a alegação de boa-fé ou tentativa de correção, configura violação direta aos princípios da isonomia, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 18, II, da Lei nº 14.133/2021. Essa conduta compromete a igualdade entre os licitantes e a própria higidez do certame, gerando vício insanável que, por si só, impõe a anulação integral do processo licitatório.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento consolidado de que qualquer intervenção subjetiva do Pregoeiro na condução dos lances vicia o procedimento, sendo nula a disputa em que o agente público interfere no resultado sem amparo legal (Acórdãos TCU nº 2.275/2015-Plenário e nº 1.214/2013-Plenário). A jurisprudência também reforça que a função do Pregoeiro é de conduzir o processo e assegurar o cumprimento das regras do edital, jamais substituir a vontade das partes ou corrigir erros que são de responsabilidade exclusiva dos licitantes.

**Assim, ainda que se reconhecesse a boa-fé do agente, a irregularidade é insanável, pois contaminou o núcleo competitivo do certame, em afronta direta ao art. 37, caput, da Constituição Federal, que consagra os princípios da legalidade, moralidade e isonomia.**

#### Fundamentos legais utilizados:

- Constituição Federal, art. 37, caput – legalidade, impessoalidade, moralidade e isonomia.
- Lei nº 14.133/2021:

- Art. 5º, I – princípio da isonomia.
- Art. 18, II – vinculação ao edital.
- Art. 60 – julgamento objetivo.
- Jurisprudência TCU:
  - Acórdão nº 2.275/2015-Plenário – nulidade quando o pregoeiro manipula/exclui lances.
  - Acórdão nº 1.214/2013-Plenário – proibição de habilitação ou julgamento condicionado a fatos futuros.

## **2.2. Da desclassificação por inexecuibilidade sem análise objetiva**

- O art. 59 da Lei nº 14.133/21 exige que inexecuibilidade seja apurada por **prova técnica objetiva**, jamais por presunção.
- O art. 64, §2º, da mesma lei impõe a realização de **diligência** para dirimir dúvidas sobre a exequibilidade. O que não foi feito pelo CREF22.
- O TCU (Acórdão nº 1.214/2013-Plenário) já consolidou que **a simples diferença percentual em relação ao orçamento não autoriza a desclassificação sem comprovação técnica**.
- A OT3N possuía planilha de custos detalhada e metodologia de precificação, jamais solicitadas e analisadas pela comissão simplesmente a suposição de inexecuibilidade.
- **Por fim, a desclassificação da OT3N por suposta inexecuibilidade carece de qualquer amparo legal e configura grave violação aos princípios da legalidade, isonomia e do julgamento objetivo.**
  - O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 determina que a inexecuibilidade deve ser apurada mediante prova técnica objetiva, jamais por mera presunção ou comparação aritmética com o orçamento estimado.
  - O art. 64, §2º, da mesma lei impõe ao agente público a obrigação de realizar diligência para dirimir dúvidas sobre a exequibilidade, oportunizando ao licitante apresentar comprovação de viabilidade técnica e econômico-financeira. Tal diligência não foi realizada pelo CREF22.
  - O TCU, no Acórdão nº 1.214/2013-Plenário, consolidou que a simples diferença percentual entre a proposta e o valor estimado pela Administração não autoriza a desclassificação automática, devendo haver análise fundamentada da viabilidade.
  - A OT3N possuía planilha de custos detalhada, metodologia de precificação e artefatos comprobatórios da viabilidade do preço ofertado, jamais solicitados ou analisados pela Comissão.
- **Portanto, a desclassificação foi sumária, arbitrária e ilegal, pois se deu por mera suposição de inexecuibilidade, em afronta direta aos dispositivos legais**

e à jurisprudência consolidada, maculando de forma insanável a validade do certame.

### 2.3. Do profissional de Educação Física registrado no CREF

- O TR exigia profissional com licenciatura e bacharelado, **registrado no CREF**.
- A OT3N apresentou **Cédula de Identidade Profissional CONFEF válida até 2027**, contendo nome, número de registro profissional, RG e fotografia, documento que só pode ser emitido após a comprovação de **formação em licenciatura e bacharelado em Educação Física e registro regular no CREF**. Trata-se, portanto, de **prova inequívoca do atendimento integral à exigência do Termo de Referência**, não podendo a Comissão de Licitação desconsiderá-la nem exigir documentação redundante.
- O art. 64, §2º, da Lei nº 14.133/21 autoriza diligência para complementação documental, jamais a inabilitação sumária.
- O TCU (Acórdão nº 1.121/2016-Plenário) reconhece que falhas formais sanáveis não podem ensejar inabilitação automática.

Exigência do Termo de Referência (texto original)	Comprovação apresentada pela OT3N
“Deverá ser indicado pela contratada profissional de Educação Física, com licenciatura e bacharelado, devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física – CREF, para prestar apoio técnico-consultivo durante a execução contratual.”	<b>Cédula de Identidade Profissional válida até 01/07/2027</b> , contendo nome, nº de registro profissional, RG e fotografia. <b>Documento emitido somente após a comprovação dos diplomas (licenciatura e bacharelado) e do registro ativo no CREF.</b>

### 2.4. Da Desclassificação Dos Atestados De Capacidade Técnica

- Em primeiro lugar destaca-se que o Termo de Referência define como objeto a **“Contratação de um sistema de fiscalização para apoiar as atividades-fim do CREF22/ES, com foco no atendimento aos profissionais e no desenvolvimento e implementação de um software integrado e multiplataforma.”**
- Já o Termo de Referência, em aponta o .Net apenas em seus **Requisitos Não Funcionais (item 5.2.1.1)**, estabelecendo que o sistema a ser desenvolvido deve ser em: **Banco de Dados MySQL (5.2.1.1.3), Back-end em .NET (5.2.1.1.4), Front-end em HTML, CSS e JavaScript (5.2.1.1.5)**, ou seja: trata-se de uma **exigência técnica para o desenvolvimento futuro da solução**, e não uma exigência de comprovação via atestados.
- Já os atestados de capacidade técnica têm exigências específicas no **item 28.5 do Termo de Referência**:
  - Devem comprovar aptidão para execução de serviços de **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**. Onde a OT3N apresentou

o desenvolvimento de sistemas equivalentes e superiores. Assim, válidos e devem ser obrigatoriamente aceitos.

- Devem ser **similares ao objeto**, não idênticos. Onde a OT3N apresentou o desenvolvimento de sistemas equivalentes e superiores. Assim, válidos e devem ser obrigatoriamente aceitos.
- Permitem o **somatório de diferentes atestados**. Onde a OT3N apresentou o desenvolvimento de sistemas equivalentes e superiores. Assim, válidos e devem ser obrigatoriamente aceitos.
- Devem demonstrar **capacidade de realização em projetos com escopo, tecnologias e prazo semelhantes**. Onde a OT3N apresentou o desenvolvimento de sistemas equivalentes e superiores. Assim, válidos e devem ser obrigatoriamente aceitos.

***“Em nenhum momento o Termo de Referência exige que os atestados cite expressamente a tecnologia .NET, nem explicitam que este critério é eliminatório apenas relata o .Net como requisito funcional. Assim os atestados da OT3N devem ser aceitos por terem similares.”***

Desta forma os documentos apresentados demonstram **plena capacidade da OT3N em projetos complexos, multiplataforma, integrados e de grande porte**, atendendo ao art. 67 da Lei nº 14.133/21.

#### **Do direito aplicável:**

- O **art. 67 da Lei nº 14.133/2021** admite a comprovação da capacidade técnico-operacional por serviços **similares**, e não idênticos, ao objeto da licitação.
- O **TCU, no Acórdão nº 2.622/2013-Plenário**, consolidou que a exigência de tecnologia única específica (como .NET) **restringe a competitividade e afronta a legalidade**, devendo a Administração aceitar comprovações similares que demonstrem a experiência e a aptidão da empresa.
- A exigência de que os atestados cite expressamente “.NET” é um **excesso formal não previsto no edital**, configurando direcionamento indevido e violação aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da competitividade (art. 5º e art. 18, II, da Lei nº 14.133/21).

Desta forma a OT3N **cumpriu rigorosamente** as exigências do Termo de Referência ao apresentar atestados de grandes sistemas de TI, com tecnologias de complexidade equivalente ou superior.

Exigir que os atestados tragam expressamente a tecnologia “.NET” é um **desvio de interpretação do edital**, pois o TR nunca vinculou os atestados a linguagens específicas. A obrigatoriedade de .NET é um **requisito de desenvolvimento futuro**, a ser seguido na execução contratual, não na comprovação técnica por atestados.

Assim, a desclassificação da OT3N carece de base legal e deve ser anulada, sob pena de violação direta à Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência consolidada do TCU.

## Quadro Comparativo – Exigências do TR x Atestados OT3N

Exigência do TR (Item 28.5) Comprovação apresentada pela OT3N Observação Jurídica		
Atestado similar ao objeto da contratação: <b>comprovar experiência em sistemas de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Village:</b> Desenvolvimento de site e plataforma em WordPress com MySQL em AWS, integrações e práticas de segurança (ISO 27001/CIS).</li> <li>- <b>Green:</b> Desenvolvimento de sistemas complexos em nuvem AWS, microsserviços, DevSecOps, squad completo.</li> <li>- <b>Inovadora:</b> Desenvolvimento de plataforma de gestão em saúde, Web + Mobile, integrações, APIs, QA.</li> <li>- <b>COMPSIS:</b> Squad multidisciplinar em outsourcing, desenvolvimento web/mobile, integrações complexas, DevOps e QA.</li> <li>- <b>INTECH:</b> DBA Sênior, tuning, replicação e segurança em múltiplos bancos.</li> </ul>	<b>Demonstra e prova a atuação em sistemas Web e multiplataforma de alta complexidade</b> , similares ao objeto, em linha com o art. 67 da Lei 14.133/21. O somatório confirma a robustez da OT3N.
Banco de dados relacional compatível com MySQL.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Village:</b> MySQL em ambiente AWS.</li> <li>- <b>Green:</b> PostgreSQL, MySQL, MongoDB e Redis.</li> <li>- <b>Inovadora:</b> PostgreSQL + Redis/ElasticSearch.</li> <li>- <b>COMPSIS:</b> PostgreSQL, MySQL, MongoDB e Redis.</li> <li>- <b>INTECH:</b> Experiência em Oracle, MySQL, PostgreSQL e SQL Server.</li> </ul>	<b>Prova inequívoca de experiência em bancos relacionais</b> (MySQL/PostgreSQL/SQL Server), em projetos de grande porte. Exigência atendida.
Desenvolvimento multiplataforma (Web/Mobile).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Inovadora:</b> Plataforma Web + Mobile (Flutter, Angular, PostgreSQL).</li> <li>- <b>Green:</b> Web (React, Next.js) e Mobile (React Native).</li> <li>- <b>COMPSIS:</b> Web (React, Next.js) e Mobile (React Native, Detox, QA).</li> </ul>	<b>Atestados confirmam domínio em soluções multiplataforma, requisito central do objeto.</b>

<p><b>Infraestrutura em nuvem e segurança.</b></p>	<p>- <b>Village:</b> AWS (Linux), Apache, MySQL, segurança ISO 27001/CIS.</p> <p>- <b>Green:</b> AWS com microsserviços, Docker/Kubernetes, DevSecOps.</p> <p>- <b>COMPSIS:</b> AWS (Windows e Linux), alta disponibilidade, práticas DevSecOps, segurança avançada (WAF, Shield, CloudTrail, Config).</p> <p>- <b>Inovadora:</b> Integração em cloud, segurança de dados em saúde.</p> <p>- <b>INTECH:</b> Segurança em bancos (ISO 27001, CIS Controls).</p>	<p>Confirma a capacidade em <b>ambientes modernos de nuvem, com práticas de segurança e compliance</b>. Atende plenamente à exigência de escalabilidade e confiabilidade.</p>
<p><b>Execução satisfatória por pelo menos 1 ano em empresa pública ou privada.</b></p>	<p>- <b>Village:</b> Contrato desde 2023, com entregas concluídas e atestadas.</p> <p>- <b>Green:</b> 4.320h (2024-2025), contrato concluído.</p> <p>- <b>Inovadora:</b> 3.020h (2024), concluído com satisfação.</p> <p>- <b>COMPSIS:</b> 3.090h em andamento (2025), execução validada.</p> <p>- <b>INTECH:</b> 25h (2024), contrato pontual, concluído com êxito.</p>	<p>Todos comprovam execução satisfatória. Alguns com mais de 12 meses de duração e outros concluídos em prazos menores, mas <b>o conjunto comprova continuidade e satisfação</b>.</p>
<p><b>Possibilidade de somatório de diferentes atestados (28.5.2).</b></p>	<p>- <b>Village + Green + Inovadora + COMPSIS + INTECH:</b> cobertura integral de desenvolvimento, UX/UI, Mobile, banco de dados relacionais e não relacionais, infraestrutura cloud, segurança, DevSecOps, BI e DBA.</p>	<p>Art. 67 da Lei 14.133/21 e o TR permitem a <b>soma de atestados para comprovação técnico-operacional</b>. OT3N cumpre o requisito com folga.</p>

#### Conclusão:

- O Termo de Referência **não exigiu** que os atestados citassem especificamente **.NET**.
- A OT3N apresentou atestados que comprovam **similaridade tecnológica e operacional**, conforme art. 67 da Lei 14.133/21.



- A desclassificação foi ilegal, pois se baseou em critério **não previsto no edital** (menção expressa a .NET), afrontando o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório** (art. 18, II, da Lei 14.133/21).
- O **TCU (Acórdão nº 2.622/2013-Plenário)** já decidiu que a exigência de tecnologia única em atestados restringe a competitividade e deve ser afastada.

Por fim é absolutamente inaceitável e juridicamente insustentável a desclassificação da empresa **OTEN SOLUÇÕES PARA NEGÓCIOS LTDA – OT3N** sob a alegação de incompatibilidade dos atestados de capacidade técnica.

Em primeiro lugar, causa perplexidade a interpretação restritiva aplicada pela análise técnica, que desconsiderou atestados robustos que demonstram, de forma inequívoca, a atuação da OT3N em projetos de alta complexidade tecnológica, envolvendo **plataformas web e mobile, bancos de dados relacionais, infraestrutura em nuvem e metodologias de desenvolvimento seguro**. O próprio Termo de Referência exige atestados “similares ao objeto” – não “idênticos”, tampouco exclusivos de uma única linguagem. A leitura feita pela Administração contraria o **princípio da competitividade** e configura um direcionamento indevido para restringir a disputa, em flagrante violação ao art. 3º da **Lei nº 14.133/2021**.

Em segundo lugar, os atestados apresentados comprovam experiência em **bancos de dados MySQL e PostgreSQL, em ambientes de nuvem AWS, com frameworks modernos (React, Angular, Flutter, Golang, PHP, etc.), integrados a práticas de segurança da informação (ISO 27001, CIS Controls)**. Reduzir tais experiências a “incompatíveis” apenas porque não constam menções literais ao **.NET** é desconsiderar que a própria lei admite a comprovação por serviços de **complexidade equivalente ou superior** (art. 67, §2º da Lei nº 14.133/2021).

Ora, se a Administração reconhece que a OT3N entregou projetos complexos, multiplataforma e em nuvem, com integrações e QA, é **absolutamente arbitrário afirmar que tais entregas não são “similares”**. O TCU já decidiu em reiteradas oportunidades (Acórdãos 1.214/2013-Plenário, 3.076/2015-Plenário, 1.193/2020-Plenário, entre outros) que **não cabe restringir a aceitação de atestados a tecnologias específicas** quando a comprovação demonstra experiência de complexidade equivalente.

A decisão de desclassificação, portanto, incorre em:

1. **Violação ao princípio da legalidade** – ao exigir atestados idênticos ao objeto e não similares, extrapolando o que prevê o edital e a Lei 14.133/21.
2. **Violação ao princípio da competitividade** – ao criar barreira técnica artificial, restringindo a ampla participação de empresas capacitadas.
3. **Violação ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade** – ao desconsiderar a equivalência técnica e a experiência real comprovada da OT3N.
4. **Potencial direcionamento indevido** – ao concentrar a habilitação em fornecedores que atuem exclusivamente em **.NET**, sem justificativa técnica razoável para exclusão de outras tecnologias comprovadamente aptas.



## 2.5. Da coincidência suspeita na aprovação da SPORTI

Ainda que se reconheça a **boa-fé do pregoeiro**, é impossível ignorar que a condução do certame apresentou vícios graves e insuperáveis. A **habilitação de uma empresa já prestadora de serviços ao CREF22**, somada à **desqualificação descabida e ilegal da OT3N**, que comprovou de forma robusta o atendimento a todos os critérios técnicos e jurídicos exigidos, e, por fim, à **exclusão de lance de concorrente durante a disputa**, formam um conjunto de irregularidades que **chamam demasiadamente a atenção para um direcionamento indevido e ilegal**.

Esse cenário afronta de maneira direta os princípios da **isonomia, moralidade, impessoalidade e julgamento objetivo** (art. 37, caput, CF/88; arts. 5º e 12 da Lei nº 14.133/21), tornando o resultado do certame **juridicamente insustentável**.

Assim, impõe-se como medida necessária e proporcional:

1. **A imediata habilitação da OT3N**, diante da plena comprovação de sua capacidade técnico-operacional, em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/21; **ou**,
2. **A anulação integral do processo licitatório**, a fim de resguardar a legalidade, a competitividade e o interesse público.

Qualquer outra conduta configurará convalidação de vício insanável e poderá atrair a responsabilização dos agentes públicos, bem como a atuação dos órgãos de controle competentes (TCU, CGU e MPF).

## 3. Do pedido

Diante do exposto, requer-se:

1. **O reconhecimento das nulidades insanáveis** decorrentes da condução do Pregoeiro e da Comissão de Licitação, notadamente a desclassificação indevida da OT3N, a habilitação questionável de empresa já contratada e a exclusão de lances de concorrentes.
2. **A habilitação imediata da OT3N como vencedora do certame**, diante da plena comprovação de sua capacidade técnico-operacional e do atendimento integral às exigências do edital; **ou, subsidiariamente, a anulação integral do Pregão Eletrônico nº 90017/2025**, com a devida republicação do certame em condições de legalidade, isonomia e transparência.
3. **A apuração das irregularidades apontadas**, com a devida remessa dos autos ao **Tribunal de Contas da União (TCU)** e ao **Ministério Público Federal (MPF)**, caso mantido o resultado atual do processo, por configurar convalidação de vícios insanáveis e afronta direta aos princípios da Administração Pública.

**Brasília, 30 de setembro de 2025**

**Wander Ferreira da Silva Neto**

268.552.098-82 / Sócio-Diretor – Representante Legal

OT3N BRASIL – OTEN SOLUÇÕES PARA NEGÓCIOS LTDA.